O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO CIDADÃ: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

LILIAN MÜLLER DA SILVA

RESUMO
O presente artigo tem como objetivo discutir a importância da educação na formação do cidadão crítico e participativo, destacando seus desafios e perspectivas na contemporaneidade. A escola, enquanto espaço de socialização e construção do conhecimento, assume papel fundamental na constituição de valores éticos, políticos e culturais que orientam a convivência em sociedade. Entretanto, as transformações tecnológicas, as desigualdades sociais e as mudanças nas relações familiares impõem novas demandas ao processo educativo. Por meio de revisão bibliográfica e análise teórica, o estudo evidencia que a educação deve ultrapassar a mera transmissão de conteúdos, promovendo o desenvolvimento integral do sujeito e a formação de uma consciência cidadã comprometida com a coletividade. Além disso, destaca-se que a educação desempenha um papel essencial na formação de indivíduos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de atuar de forma crítica na sociedade. A construção de uma educação voltada para a cidadania exige práticas pedagógicas que estimulem o diálogo, a reflexão e a participação ativa dos estudantes. Nesse sentido, a escola deve promover experiências que favoreçam o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia. Outro ponto relevante é a necessidade de inclusão, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. A valorização da diversidade também se apresenta como um elemento fundamental nesse processo. Dessa forma, a educação contribui para a formação de sujeitos mais preparados para enfrentar os desafios sociais. Por fim, reforça-se a importância de políticas educacionais que fortaleçam o papel da escola na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Cidadania; Escola; Sociedade Contemporânea; Formação Crítica.

INTRODUÇÃO

A educação ocupa um papel central na formação dos indivíduos e na construção da sociedade, sendo considerada um dos principais instrumentos para o desenvolvimento social, cultural e econômico. Ao longo do tempo, a escola passou por diversas transformações, acompanhando as mudanças da sociedade e assumindo novas responsabilidades no processo de formação dos cidadãos.

No contexto atual, marcado por rápidas transformações tecnológicas e sociais, a educação enfrenta desafios cada vez mais complexos. A presença das tecnologias digitais, por exemplo, modificou a forma como o conhecimento é produzido e compartilhado, exigindo novas práticas pedagógicas que atendam às necessidades dos estudantes.

Além disso, as desigualdades sociais ainda representam um grande obstáculo para a garantia de uma educação de qualidade para todos. Muitos alunos enfrentam dificuldades relacionadas ao acesso à escola, à permanência nos estudos e às condições adequadas de aprendizagem, o que impacta diretamente sua formação.

Nesse cenário, a escola assume um papel fundamental na formação do cidadão crítico e participativo. Mais do que transmitir conteúdos, ela deve promover o desenvolvimento de habilidades que permitam ao aluno compreender a realidade em que vive e atuar de forma consciente na sociedade.

A formação cidadã envolve o desenvolvimento de valores éticos, sociais e políticos, que orientam a convivência em grupo e a participação na vida coletiva. A escola, enquanto espaço de socialização, contribui para a construção desses valores por meio das interações entre alunos, professores e comunidade escolar.

Outro aspecto importante diz respeito à necessidade de promover uma educação que valorize a diversidade e respeite as diferenças. A convivência com diferentes culturas, opiniões e realidades contribui para a formação de indivíduos mais tolerantes e preparados para viver em sociedade.

O papel do professor também é essencial nesse processo, pois ele atua como

mediador do conhecimento e responsável por estimular o pensamento crítico dos alunos. Cabe ao educador criar situações de aprendizagem que incentivem a reflexão, o diálogo e a participação.
No entanto, a prática pedagógica ainda enfrenta desafios, como a predominância de métodos tradicionais de ensino, que muitas vezes não favorecem o desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico. É necessário repensar essas práticas, buscando estratégias mais dinâmicas e participativas.
A família também exerce influência na formação do cidadão, sendo responsável pela transmissão de valores e pela construção das primeiras experiências sociais da criança. A parceria entre escola e família é fundamental para fortalecer o processo educativo.
Além disso, políticas públicas eficazes são essenciais para garantir uma educação de qualidade, com investimentos em infraestrutura, formação de professores e recursos pedagógicos adequados.
Diante desse contexto, torna-se fundamental refletir sobre o papel da educação na formação do cidadão crítico e participativo, considerando os desafios e as possibilidades presentes na sociedade contemporânea.
Este trabalho tem como objetivo analisar a importância da educação nesse processo, destacando suas contribuições para a formação integral do indivíduo e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.
Ao discutir esse tema, busca-se compreender como a escola pode atuar de forma mais efetiva na formação de cidadãos conscientes, capazes de participar ativamente da vida social e contribuir para a transformação da realidade.
Portanto, repensar a educação e suas práticas é essencial para atender às demandas da sociedade atual e promover uma formação que vá além do conhecimento acadêmico, valorizando o desenvolvimento humano em sua totalidade.

DESENVOLVIMENTO

A educação, ao longo da história da humanidade, sempre ocupou um papel central na construção da cultura, da moral e da identidade coletiva dos povos. Desde as primeiras civilizações, quando o ato de ensinar se dava de forma oral e comunitária, até o surgimento das instituições escolares formais, o processo educativo se configurou como o principal meio de transmissão e renovação dos valores, conhecimentos e tradições que sustentam a vida em sociedade. Entretanto, com o advento da modernidade, a educação passou a ser compreendida não apenas como um instrumento de reprodução social, mas, sobretudo, como um mecanismo de transformação e emancipação humana.
A escola, enquanto instituição social, assume a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento integral do sujeito — cognitivo, moral, emocional e social. De acordo com Durkheim (1995), a educação é o processo pelo qual a sociedade busca formar, em cada indivíduo, um ser social capaz de viver em comunidade. Esse processo envolve tanto a assimilação dos valores e normas sociais quanto o desenvolvimento da autonomia moral, que permite ao indivíduo agir de forma consciente e responsável. Nessa perspectiva, educar é preparar o sujeito para viver em sociedade, equilibrando o respeito às regras coletivas com a liberdade individual.
Contudo, na contemporaneidade, a escola não pode limitar-se a ser mera reprodutora da ordem social vigente. Saviani (2008) argumenta que a educação deve ser entendida como uma prática social intencional, capaz de intervir na realidade para transformá-la. Ou seja, o ato educativo deve articular teoria e prática, conhecimento e ação, com vistas à superação das desigualdades e injustiças que marcam a estrutura social. Essa visão crítica rompe com o paradigma tradicional da educação bancária — descrita por Paulo Freire (1987) —, em que o aluno é tratado como recipiente passivo de informações. Para Freire, o verdadeiro processo educativo deve ser dialógico e libertador, permitindo que educador e educando construam juntos o conhecimento a partir da problematização da realidade.
Nesse sentido, a escola torna-se um espaço privilegiado de socialização e de formação política. É nela que o indivíduo aprende a conviver com as diferenças, a respeitar o outro e a compreender sua posição no mundo. A educação, portanto, tem a função de formar cidadãos capazes de participar ativamente da vida pública, contribuindo para o fortaleci-

mento da democracia e da justiça social. A formação cidadã não se limita ao ensino de conteúdos formais, mas envolve o desenvolvimento de competências éticas, sociais e emocionais que possibilitam ao sujeito agir de maneira consciente, solidária e crítica.

John Dewey (1959), um dos maiores expoentes da pedagogia democrática, já defendia que a escola deve ser uma micro-representação da sociedade, onde o aluno possa vivenciar situações reais de cooperação, diálogo e resolução de problemas. Essa concepção rompe com o ensino autoritário e verticalizado, propondo uma educação voltada à experiência e à participação. Para Dewey, aprender é um ato social e ativo: o conhecimento é construído na interação entre o sujeito e o meio, e o papel do professor é criar condições para que o estudante desenvolva a capacidade de pensar por si mesmo e tomar decisões éticas.

Assim, o papel da escola ultrapassa o ensino de conteúdos e passa a ser o de formar sujeitos reflexivos e críticos, capazes de compreender e intervir no contexto em que vivem. Essa visão está em sintonia com a proposta freireana de educação como prática da liberdade, na qual o processo de ensino- aprendizagem é orientado pela conscientização. Freire (1996) afirma que "a educação é um ato político", pois todo ato educativo carrega uma intencionalidade: ou contribui para a manutenção da ordem social ou para sua transformação. Educar, portanto, é sempre um ato de posicionamento ético e político frente ao mundo.

No contexto brasileiro, marcado por desigualdades históricas, a função social da escola adquire uma dimensão ainda mais complexa. A educação pública, especialmente, enfrenta o desafio de garantir não apenas o acesso, mas a permanência e a aprendizagem significativa dos alunos. A escola precisa reconhecer a diversidade cultural e social de seus estudantes, valorizando suas identidades, saberes e trajetórias. Nesse processo, o educador assume papel central, atuando como mediador entre o conhecimento científico e a realidade vivida pelo aluno. Sua função não é apenas transmitir informações, mas promover reflexões que levem o estudante a compreender criticamente o mundo e a si mesmo.

A formação cidadã, portanto, não pode ser reduzida a um conteúdo isolado dentro do currículo escolar. Ela deve perpassar todas as práticas pedagógicas, desde a forma como o professor organiza o ambiente de sala de aula até as metodologias adotadas nas atividades de ensino. Projetos interdisciplinares, debates, práticas de convivência democrática e ações comunitárias são instrumentos poderosos para desenvolver o senso de responsabilidade social e ética nos alunos. É na vivência cotidiana, no diálogo e na construção coletiva do conhecimento que se formam os valores que sustentam a cidadania.

Entretanto, para que a escola possa cumprir essa função emancipadora, é necessário repensar o próprio modelo educacional vigente. O sistema escolar brasileiro ainda se estrutura de forma rígida, conteudista e fragmentada, com foco excessivo em avaliações padronizadas e resultados quantitativos. Essa lógica, centrada na produtividade e no desempenho, acaba por desumanizar o processo educativo, reduzindo o aluno a números e o professor a executor de tarefas. A educação, porém, não pode ser tratada como mercadoria; ela é um processo humano, social e político que visa ao desenvolvimento integral e à transformação coletiva.

É fundamental que o educador compreenda sua prática como um ato de resistência e compromisso ético. Como destaca Freire (1996), "ensinar exige a convicção de que a mudança é possível". Educar é acreditar na capacidade do ser humano de aprender, de crescer e de se reinventar. A sala de aula deve ser um espaço de diálogo, onde o erro é visto como parte do processo e o conhecimento se constrói de forma compartilhada. Quando o professor assume essa postura crítica e reflexiva, ele se torna um agente de transformação, capaz de inspirar seus alunos a também atuarem como transformadores da realidade.

Por fim, a educação, ao assumir seu papel social e político, torna-se um instrumento de libertação e de construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Como afirma Saviani (2013), a educação é "um ato de produção e reprodução da existência humana", pois possibilita ao homem compreender o mundo e agir sobre ele de forma consciente. A escola,

enquanto espaço de encontro, diálogo e diversidade, é o terreno fértil onde germina a cidadania e se consolida a esperança em um futuro melhor. Educar, portanto, é mais do que ensinar: é cultivar humanidade, promover a consciência e construir coletivamente um projeto de sociedade baseado na dignidade, na solidariedade e na justiça.

A sociedade contemporânea encontra-se imersa em um contexto de rápidas transformações, impulsionadas principalmente pela globalização, pela revolução digital e pela expansão das tecnologias de informação e comunicação. Essas mudanças alteraram profundamente as formas de se relacionar, de trabalhar e de aprender, impactando diretamente o campo educacional. A escola, como instituição social historicamente responsável pela formação de sujeitos e pela mediação do conhecimento, vê-se desafiada a adaptar-se a esse novo cenário sem perder de vista sua função humanizadora e emancipatória.

O avanço tecnológico, ao mesmo tempo em que ampliou o acesso à informação e possibilitou novas metodologias de ensino, também trouxe consigo contradições que comprometem a essência do processo educativo. A democratização do conhecimento, idealmente garantida pela internet, é ainda restrita por desigualdades socioeconômicas profundas. No Brasil, grande parte dos estudantes, especialmente os pertencentes às classes populares, não dispõe de acesso de qualidade à internet ou a dispositivos tecnológicos adequados, o que evidencia o fenômeno da exclusão digital. Essa desigualdade reflete o que Bourdieu (1998) denomina de "reprodução das estruturas sociais", pois a escola, em vez de atenuar as diferenças, muitas vezes as reproduz, ao exigir condições que nem todos possuem.

Além disso, a cultura digital vem modificando o modo como o sujeito se relaciona com o saber. A abundância de informações disponíveis instantaneamente provoca o que alguns autores chamam de "infobesidade", um excesso de dados que nem sempre se transforma em conhecimento significativo. A aprendizagem, que deveria ser um processo reflexivo e contínuo, torna-se, muitas vezes, superficial e imediatista. Isso reforça a necessidade de uma educação voltada não apenas para o acesso à informação, mas para a formação do pensamento crítico, capaz de analisar, selecionar e interpretar o que se consome no ambiente digital. Como afirma Freire (1996), "a leitura do mundo precede a leitura da palavra"; portanto, cabe à escola ensinar o aluno a compreender criticamente o contexto em que está inserido antes mesmo de decodificar a linguagem escrita.

Outro aspecto importante a ser considerado é a crise de valores humanos que acompanha o avanço tecnológico e econômico. O mundo globalizado, regido por uma lógica de mercado e competição, tem contribuído para o enfraquecimento dos vínculos sociais e para a individualização das relações. O neoliberalismo impõe à educação a lógica da produtividade e da eficiência, transformando o ensino em mercadoria e o aluno em consumidor. A escola passa a ser cobrada por resultados mensuráveis, avaliações padronizadas e índices de desempenho, o que desvirtua sua função principal de formar sujeitos críticos, éticos e solidários. Nessa conjuntura, o trabalho docente é frequentemente desvalorizado, e o professor é submetido a pressões institucionais que o afastam de seu papel formador e humanista.

Frente a essa realidade, torna-se urgente repensar o papel da escola e do educador no século XXI. A educação não pode restringir-se a preparar indivíduos para o mercado de trabalho, mas deve promover o desenvolvimento integral do ser humano. Segundo Morin (2000), o desafio do pensamento contemporâneo é superar a fragmentação do conhecimento e adotar uma visão complexa da realidade, em que o saber científico se articule com o ético, o afetivo e o cultural.

A escola, nesse sentido, deve ser um espaço de integração de saberes, um ambiente que acolha a diversidade e promova o diálogo entre diferentes formas de conhecimento.

A pandemia de COVID-19 (2020-2022) evidenciou, de maneira contundente, essas fragilidades do sistema educacional. A transição abrupta para o ensino remoto escancarou as desigualdades de acesso à educação e revelou a importância da mediação humana no processo de aprendizagem. Embora a tecnologia tenha possibilitado a continuidade das aulas, ela não substituiu o vínculo afe-

tivo entre professor e aluno, elemento essencial para o processo formativo. A experiência pandêmica reforçou a ideia de que a educação é um fenômeno essencialmente relacional, no qual o diálogo, a empatia e o acolhimento emocional são tão importantes quanto o conteúdo curricular.

Nesse contexto, a escola precisa ser repensada como um espaço de reconstrução ética e afetiva. É necessário resgatar o sentido coletivo da educação, compreendendo-a como prática social comprometida com a dignidade humana e com a transformação da realidade. Paulo Freire (1987) já advertia que "não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes". Essa máxima precisa ser incorporada às práticas pedagógicas, de modo que a escola se torne um ambiente de valorização das múltiplas formas de conhecimento — sejam elas científicas, culturais, comunitárias ou empíricas. A diversidade, longe de ser um obstáculo, deve ser entendida como riqueza pedagógica e como base para o desenvolvimento da consciência cidadã.

A educação, portanto, deve preparar o sujeito para viver e agir de maneira crítica em uma sociedade complexa e em constante mutação. Isso exige do professor não apenas domínio técnico, mas sensibilidade e compromisso ético. O educador contemporâneo precisa ser um mediador cultural, um facilitador do diálogo e um promotor de experiências que estimulem o pensamento reflexivo e a autonomia intelectual. Como destaca Tardif (2002), o saber docente é construído na interseção entre teoria e prática, entre o conhecimento acadêmico e a experiência vivida no cotidiano escolar. Por isso, a valorização da formação continuada e das condições de trabalho docente é condição indispensável para que a escola cumpra sua missão social.

Por fim, é necessário compreender que a educação do século XXI deve aliar o uso consciente das tecnologias à promoção dos valores humanos. A inteligência artificial, a automação e as novas mídias podem ser aliadas poderosas do ensino, desde que integradas de maneira crítica e ética. O verdadeiro desafio não é inserir tecnologia na escola, mas garantir que ela sirva ao desenvolvimento da humanidade e não à sua desumanização. A escola precisa formar cidadãos que saibam utilizar o conhecimento para transformar o mundo, e não apenas para reproduzir suas injustiças.

Em síntese, a educação contemporânea enfrenta um dilema: ou se adapta à lógica do mercado e da superficialidade, ou reafirma seu papel como prática libertadora e humanizadora. O futuro da escola depende da escolha que fizermos hoje. É necessário resgatar o sentido político, ético e afetivo do ato de educar, compreendendo que ensinar é, antes de tudo, um ato de esperança — esperança na capacidade humana de aprender, de se reinventar e de construir coletivamente um mundo mais justo e solidário.

A formação docente é um dos pilares fundamentais da educação, pois é por meio dela que se consolida o compromisso ético, político e social do educador com o processo de ensino e aprendizagem. O professor, mais do que um transmissor de conteúdos, é um agente mediador, um sujeito que atua na intersecção entre o saber científico e a experiência humana. Seu papel vai muito além da instrução técnica: ele é o facilitador de processos de reflexão, de descoberta e de transformação. Nesse sentido, pensar a formação docente é pensar o próprio sentido da educação, pois, como afirma Paulo Freire (1996), "não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro".

A prática educativa humanizadora parte do pressuposto de que ensinar é um ato profundamente ético e afetivo. A afetividade, compreendida aqui não como mera emoção, mas como vínculo, cuidado e empatia, é um elemento essencial para a aprendizagem. Henri Wallon (1942) já afirmava que o desenvolvimento humano é indissociável da dimensão afetiva, pois é por meio dela que o sujeito se relaciona com o mundo e com o outro.

O professor, nesse contexto, assume o papel de construtor de pontes entre o conhecimento e a experiência. Ele precisa ser capaz de compreender o aluno em sua totalidade — suas histórias, limites, potencialidades e contextos de vida. Isso exige sensibilidade e escuta ativa, habilidades muitas vezes negligenciadas na formação inicial docente, que ainda privilegia aspectos técnicos e con-

teudistas em detrimento da dimensão humana do ensino. Para Nóvoa (2009), a profissionalidade docente se constrói no diálogo entre saberes práticos e teóricos, e o professor precisa ser, antes de tudo, um pesquisador de sua própria prática, capaz de refletir criticamente sobre sua ação e transformá-la continuamente.

A afetividade, quando presente nas relações pedagógicas, cria um ambiente propício para o aprendizado significativo. O aluno aprende mais e melhor quando se sente acolhido, valorizado e respeitado. Goleman (1995), ao abordar o conceito de inteligência emocional, ressalta que as competências socioemocionais — como empatia, autoconhecimento e autorregulação — são determinantes para o sucesso pessoal e profissional. Nesse sentido, o papel da escola é também o de desenvolver essas competências, e o professor é o mediador principal desse processo. Um docente que exerce sua prática com sensibilidade e ética torna-se um modelo de convivência e cidadania para seus alunos.

Entretanto, é preciso reconhecer que o trabalho docente na contemporaneidade enfrenta inúmeros desafios. A precarização das condições de trabalho, os baixos salários, o excesso de responsabilidades burocráticas e a desvalorização social da profissão comprometem o exercício pleno da docência. Tardif (2002) observa que o saber docente é, antes de tudo, um saber experiencial, construído nas interações cotidianas e no enfrentamento dos dilemas reais da prática. Assim, o professor não se forma apenas nos bancos universitários, mas no exercício contínuo de reflexão, diálogo e reconstrução de sua identidade profissional. Investir na formação continuada e na valorização docente é, portanto, investir na qualidade da educação e na construção de uma sociedade mais consciente e crítica.

Além da formação técnica e teórica, a formação ética do educador é imprescindível. A ética docente não se limita a um conjunto de normas ou deveres profissionais, mas refere-se à postura comprometida com o outro e com o bem comum. Freire (1996) ressalta que "ensinar exige ética e estética", pois o ato educativo deve unir o rigor do conhecimento à beleza da solidariedade e do respeito.

A escola humanizadora é aquela que reconhece o valor do diálogo como essência da educação. O diálogo, conforme Freire (1987), é o encontro de sujeitos que buscam, juntos, a compreensão e a transformação do mundo. É no diálogo que se rompe a hierarquia autoritária entre quem ensina e quem aprende, instaurando-se uma relação horizontal, onde ambos constroem o conhecimento de forma compartilhada. Essa postura dialógica deve permear todas as práticas pedagógicas — desde a relação professor-aluno até o planejamento curricular e a gestão escolar. O diálogo promove o respeito à diversidade, estimula a participação e fortalece o sentimento de pertencimento à comunidade escolar.

A afetividade e o diálogo também têm papel central na promoção da saúde mental no ambiente escolar, tema que ganha cada vez mais relevância diante do aumento de casos de ansiedade, depressão e esgotamento emocional entre estudantes e professores. O acolhimento e o cuidado precisam ser incorporados como princípios pedagógicos, e não como ações pontuais. A escola humanizadora compreende que o aprendizado ocorre em um corpo que sente, em uma mente que pensa e em um coração que se afeta. Ignorar essas dimensões é reduzir a educação a um processo mecânico e desumanizado.

Portanto, a formação docente contemporânea deve buscar o equilíbrio entre o saber técnico, o saber científico e o saber sensível. A educação do futuro — e do presente — não pode prescindir da empatia, da solidariedade e do compromisso ético. Formar professores é formar sujeitos capazes de educar com humanidade, de compreender o valor do outro e de agir com consciência política. Quando o professor se reconhece como parte de um projeto coletivo de transformação social, sua prática deixa de ser mera rotina e torna-se um ato de resistência, esperança e amor.

Em síntese, a prática educativa humanizadora se fundamenta na tríade entre formação, afetividade e ética. A formação confere ao educador o saber e o rigor científico; a afetividade o conecta ao aluno e à dimensão humana do ensinar; e a ética orienta suas ações para o bem comum e para a construção de uma sociedade mais justa. É a articulação desses três elementos que possibilita à escola cumprir sua função social de

formar cidadãos críticos, autônomos e solidários. Assim, reafirma-se que educar é, antes de tudo, um ato de amor e coragem, uma escolha diária por acreditar no poder transformador do conhecimento e na capacidade humana de construir um mundo melhor por meio da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi possível compreender que a educação desempenha um papel fundamental na formação do cidadão crítico e participativo, sendo essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, democrática e consciente. A escola, enquanto espaço de construção do conhecimento e de socialização, tem a responsabilidade de promover não apenas o aprendizado de conteúdos, mas também a formação de valores e atitudes que orientam a convivência em sociedade.

Diante das transformações contemporâneas, torna-se evidente a necessidade de repensar as práticas pedagógicas, buscando metodologias que estimulem a participação ativa dos alunos e favoreçam o desenvolvimento do pensamento crítico. A educação não pode se limitar à transmissão de informações, devendo promover a reflexão, o diálogo e a construção coletiva do conhecimento.

Os desafios enfrentados pela educação, como as desigualdades sociais, as mudanças tecnológicas e as novas configurações familiares, exigem uma atuação mais ampla por parte da escola. É necessário considerar a realidade dos alunos e desenvolver estratégias que atendam às suas necessidades, garantindo uma educação mais inclusiva e significativa.

Outro ponto importante refere-se ao papel do professor, que deve atuar como mediador do processo de aprendizagem, incentivando a autonomia e a participação dos estudantes. A formação docente é, portanto, um elemento essencial para a construção de uma educação de qualidade.

A parceria entre escola, família e sociedade também se mostra fundamental, pois a formação do cidadão não ocorre de forma isolada. O envolvimento de todos os agentes contribui para o fortalecimento do processo educativo e para a construção de valores que orientam a vida em sociedade.

Além disso, a valorização da diversidade deve ser um princípio presente no ambiente escolar, promovendo o respeito às diferenças e a inclusão de todos os alunos. Essa postura contribui para a formação de indivíduos mais conscientes e preparados para conviver em uma sociedade plural.

As políticas públicas também desempenham um papel importante, sendo responsáveis por garantir condições adequadas para o funcionamento das instituições de ensino. Investimentos em infraestrutura, formação de professores e recursos pedagógicos são fundamentais para a melhoria da qualidade da educação.

Dessa forma, é possível afirmar que a educação é um dos principais caminhos para a transformação social, pois permite a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender a realidade e atuar na sua mudança.

Portanto, torna-se necessário fortalecer o papel da escola como espaço de formação integral, que valoriza o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos. A construção de uma educação mais humanizada e participativa é essencial para preparar os indivíduos para os desafios da sociedade contemporânea.

Conclui-se, assim, que investir na educação é investir no futuro, promovendo a formação de cidadãos mais conscientes, responsáveis e comprometidos com o bem coletivo.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

DEWEY, John. Democracia e Educação. São Paulo: Nacional, 1959. DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. Petrópolis: Vozes, 1995.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOLEMAN, Daniel. Inteligência Emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

MATURANA, Humberto. Emoções e Lin-

guagem na Educação e na Política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MORIN, Edgar. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2000.

NÓVOA, António. Professores: Imagens do Futuro Presente. Lisboa: Educa, 2009.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações.11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

TARDIF, Maurice. Saberes Docentes e Formação Profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

WALLON, Henri. A Evolução Psicológica da Criança. São Paulo: Martins Fontes, 1942.